

1 ATA DA 28ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CBH - MÉDIO
2 PARAÍBA DO SUL, realizada no dia 25 de fevereiro de 2026 (quarta-feira) com
3 início às 9:00, por videoconferência, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura;**
4 **2. Aprovação da pauta; 3. Aprovação da ata da 27ª Reunião Plenária**
5 **Extraordinária (24/11/2025); 4. Aprovação da quinta alteração do Regimento**
6 **Interno do Comitê Médio Paraíba do Sul; 5. Encerramento. 1. Abertura;** A
7 reunião teve início com uma saudação cordial da presidente do CBH-MPS,
8 Caroline Teixeira (P. M. Quatis). **2. Aprovação da pauta;** A pauta foi projetada
9 e a presidente Caroline perguntou se todos estavam de acordo com a mesma.
10 Sem nenhuma objeção, a pauta foi aprovada. **3. Aprovação da ata da 27ª**
11 **Reunião Plenária Extraordinária (24/11/2025);** foi solicitada a aprovação da
12 ata da reunião extraordinária, que tratava da aprovação do regimento, mas não
13 alcançou o quórum. A ata havia sido encaminhada por e-mail, e, como não houve
14 considerações, foi considerada aprovada. **4. Aprovação da quinta alteração do**
15 **Regimento Interno do Comitê Médio Paraíba do Sul;** Caroline Teixeira Lopes,
16 informou que já havia ocorrido tentativa de aprovação do Regimento Interno,
17 porém não houve quórum, retornando o tema para deliberação. Esclareceu que
18 o documento foi elaborado por Grupo de Trabalho. Markus Budzynkz questionou
19 a possibilidade de apresentar destaques, alegando não ter recebido o segundo
20 parecer jurídico da plenária, ao que Roberta Abreu respondeu que todos os
21 pareceres foram encaminhados. Nelson Reis informou que enviou contribuições
22 por e-mail na madrugada deste dia e reforçou que a plenária é soberana para
23 discutir o texto. Roberta disse que não chegou nenhum e-mail do Sr. Nelson.
24 Carin Mühlen sugeriu discutir o regimento por partes para melhor organização.
25 Caroline Teixeira Lopes explicou que primeiro seria votada a versão base com
26 as sugestões recebidas e depois analisadas novas sugestões. Luís Felipe Cesar
27 destacou que o envio prévio não retira o direito da plenária de debater novas
28 propostas. Geovane Andrade concordou com a soberania da plenária, mas
29 afirmou que já houve prazo suficiente para contribuições e que reabrir
30 amplamente a discussão prejudicaria o andamento, sugerindo alterações
31 pontuais com indicação de artigo e parágrafo, posição acompanhada por
32 Caroline Teixeira Lopes, que ressaltou a importância de respeitar os prazos e o
33 trabalho técnico da equipe da UD. Markus Budzynkz esclareceu que seus

34 destaques se referiam aos artigos 7º e 8º, sobre vedação de parentesco e
35 participação simultânea em diretorias de outros comitês, questionando, junto
36 com Carin Muhlen, a restrição também às instituições, citando como exemplo a
37 Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Roberta Abreu apresentou o parecer
38 jurídico, esclarecendo que a vedação de parentesco se aplica às pessoas físicas.
39 Geovane Andrade defendeu que a restrição às instituições é necessária para
40 evitar conflito de interesses, exemplificando a possibilidade de influência em
41 mais de um comitê; Jaqueline de Souza afirmou que a questão institucional não
42 estava clara desde o início; Denise Celeste sugeriu que o cuidado poderia
43 ocorrer no momento da indicação; Luís Felipe Cesar apresentou exemplo de
44 possível conflito envolvendo diferentes comitês da região; Caroline Teixeira
45 Lopes reforçou que o objetivo é evitar concentração de poder; Markus Budzynkz
46 mencionou que temas também tramitam no CEIVAP; ao final, ficou entendido
47 que a vedação se aplica tanto à pessoa física quanto à instituição que ocupa
48 cargo na diretoria, não podendo participar simultaneamente de outro comitê. O
49 item foi colocado para aprovação (artigo 7º §9º), tendo 13 votos favoráveis a
50 manter o texto original, quatro contrários e duas abstenções. Na sequência,
51 Carin Mühlen propôs a criação de uma Câmara Técnica de Enquadramento,
52 Monitoramento e Sistema de Informação separada da Câmara Técnica
53 Consultiva, argumentando que o trabalho técnico é intenso e não deve ser
54 diluído. Disse que a missão do Comitê é monitoramento e enquadramento e não
55 educação ambiental que tem uma Câmara Técnica exclusiva pra isso. Não acha
56 lógico ter essa CT e não ter uma para a monitoramento, enquadramento e
57 sistema de informação; Caroline Teixeira Lopes afirmou que a educação
58 ambiental não deve ser vista como secundária, pois ela permeia todas as demais
59 agendas, contribui para comunicar os temas técnicos. Disse que a CTEA tem um
60 trabalho em fazer chegar a informação técnica de uma forma mais leve e mais
61 atrativa a toda a população. Caroline disse ainda que participa de alguns grupos
62 e que uma dificuldade é a formação de quórum para a realização das reuniões.
63 Explicou que a indicação inicial foi manter duas CTs e dividir as seis agendas
64 dentro dessas duas CTs. Colocou que a plenária vai decidir isso e votar em duas
65 ou três CTs; Markus reforçou a questão do quórum e disse que concorda com a
66 indicação de apenas duas CTs. Roberta relatou um pouco a visão da secretaria
67 executiva, que nota um esvaziamento de quórum nos grupos ao longo dos anos

68 e explicou que anteriormente havia apenas uma Câmara Técnica, mas foram
69 criados vários Grupos de Trabalho, reduzindo as pautas técnicas da câmara
70 técnica principal, disse que isso foi alvo de apontamento até do Coordenador da
71 CTPIGL, que não tinha pauta a ser discutida e as reuniões não aconteciam. Eram
72 previstas seis reuniões na resolução, que foi revista para diminuir para quatro e
73 ainda assim não tem assunto para todas elas. Ressaltou que as pessoas
74 técnicas vão participar da CT, pois a composição vai priorizar pessoas técnicas.
75 Explicou que o GT Plano não pode ser extinto porque foi previsto no Plano; Ana
76 Maria Ferreira Lopes sugeriu que a educação ambiental atue como ponte entre
77 o conteúdo técnico e a comunidade, convidando a Professora Carin para
78 participar do grupo e ajudar a traduzir as informações; Por fim, foi colocada em
79 votação a proposta de manutenção do modelo com duas câmaras técnicas,
80 sendo aprovada pela plenária com 20 votos favoráveis, um voto contrário e uma
81 abstenção, confirmando a manutenção das duas câmaras técnicas. Dando
82 continuidade à mesma pauta, Markus Budzynkz levantou questão de ordem
83 referente ao Artigo 9º, Parágrafo 3º, que trata da vedação de parentesco até
84 segundo grau na composição das câmaras técnicas; foi realizada a leitura do
85 parecer jurídico, o qual não identificou impedimento para a regra, considerando
86 que o comitê possui autonomia para se auto organizar e estabelecer normas que
87 garantam imparcialidade; Markus Budzynkz argumentou que a restrição seria
88 excludente e contraditória, pois a plenária, sendo instância deliberativa e
89 soberana, permite tal parentesco; Caroline Teixeira Lopes também mencionou o
90 artigo em discussão e esclareceu que não existe hierarquia de superioridade
91 entre plenária e câmara técnica, sendo instâncias com funções distintas, e que
92 uma não anula a outra; Denise Celeste Godoy manifestou-se favorável à
93 vedação na câmara técnica, destacando que essa instância delibera sobre a
94 eleição de coordenação e que a existência de parentes poderia gerar influência
95 indevida, como dois votos na escolha do coordenador; colocada a matéria em
96 votação para manutenção da vedação conforme proposta no texto, o resultado
97 foi de 15 votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção; ao final,
98 Markus Budzynkz informou que a ADEFIMPA Social apresentará recurso quanto
99 ao procedimento adotado. Dando continuidade à mesma pauta, Roberta Abreu
100 manifestou preocupação quanto à sugestão de que os indicados para as
101 câmaras técnicas “deverão ser capacitados”, ressaltando que não há contrato ou

102 previsão formal que garanta essa capacitação; foi sugerido que o texto apenas
103 incentive a participação em cursos gratuitos disponíveis, sem tornar a
104 capacitação uma obrigação no regimento; Caroline Teixeira Lopes concordou,
105 destacando que não seria adequado estabelecer obrigação sem previsão de
106 contratação e que a busca por capacitação deve partir de cada integrante,
107 havendo concordância geral; em seguida, Nelson Reis demonstrou desconforto
108 com a menção de “pessoa física” na diretoria do comitê de bacia (artigo 7º §3º);
109 Caroline Teixeira Lopes explicou que a previsão é necessária para garantir que
110 o mandato pertença à pessoa eleita e não automaticamente à instituição,
111 evitando substituições sem nova eleição caso o representante deixe a entidade;
112 Thiago Guedes afirmou que, quando ingressou no comitê, também teve
113 dificuldade de compreender o termo “pessoa física”, por não ser uma expressão
114 clara; Carin Mühlen apoiou a manutenção da exigência vinculada ao CPF na
115 diretoria, argumentando que a eleição considera a capacidade da pessoa para
116 representar o setor; colocada em votação a manutenção do item conforme o
117 texto original, o resultado foi de 14 votos favoráveis, cinco votos contrários e uma
118 abstenção, sendo o item aprovado. Ainda na mesma pauta, Markus Budzynkz
119 propôs retirar o Parágrafo 5º do Artigo 9º, que impede que um representante
120 coordene câmara técnica no comitê caso já exerça a mesma função em outro
121 comitê de bacia hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que a regra
122 seria exagerada, pois as câmaras técnicas são internas e não haveria
123 interferência entre elas; Geovane Andrade e Vera Lucia Teixeira se
124 manifestaram pela permanência do dispositivo, ressaltando a necessidade de
125 distribuir melhor as responsabilidades, ampliar a participação de mais membros
126 e evitar sobrecarga e conflitos de agenda; submetida a questão à votação para
127 decidir pela manutenção ou retirada do item, o resultado foi de 14 votos
128 favoráveis à manutenção, cinco votos contrários e uma abstenção,
129 permanecendo o texto conforme originalmente apresentado. Ainda na mesma
130 pauta, Caroline Teixeira Lopes registrou que todos os pontos levantados durante
131 a reunião foram discutidos e decididos pela plenária e, diante disso, encaminhou
132 a aprovação do Regimento Interno em sua totalidade, considerando que os
133 demais itens não receberam pedidos de alteração; Markus Budzynkz informou
134 que iria exercer seu direito de apresentar recurso, por entender que haveria
135 violação à Constituição; Caroline Teixeira Lopes solicitou que ficasse registrado

136 em ata que todas as decisões foram submetidas à plenária, instância soberana,
137 e que os debates ocorreram de forma ampla; na sequência, foi realizada a
138 votação final do regimento como um todo, incluindo os itens que não tiveram
139 divergência, sendo o texto aprovado conforme deliberado, A votação para
140 aprovação geral dos demais itens do Regimento Interno resultou em seis votos
141 favoráveis, três votos contrários e seis abstenções, sendo o regimento
142 considerado aprovado pela plenária. Markus questionou o resultado da
143 aprovação considerando a quantidade de abstenções e pediu uma consulta ao
144 jurídico. Outro ponto levantado foi como se dariam as alterações, considerando
145 que a aprovação do artigo 5º muda a estrutura organizacional do Comitê.
146 Roberta informou que faria a consulta à assessoria jurídica e passaria as
147 orientações a todos por e-mail. **5. Encerramento;** Após a conclusão dos
148 assuntos em pauta, a reunião foi encerrada pela presidente Caroline Teixeira
149 Lopes (P.M. Quatis). A presente ata foi redigida por Amanda Vitoria, Estagiária
150 administrativa, e após ser aprovada, foi assinada pela Presidente.

151

152

Volta Redonda, 25 de fevereiro de 2026.

153

154

155

Caroline Teixeira Lopes

156

Presidente

157

158 **Encaminhamentos:** Encaminhar consulta à assessoria jurídica e repassar aos
159 membros a resposta.

160

161 **Lista de Presença:**

162 **Membros representantes do Poder Públicos:** Paulo Cesar Ferreira da Silva
163 (INEA); Caroline Teixeira Lopes (P.M. de Quatis); Ana Caroline da Silva Alves
164 (P.M. Paraíba do Sul); Geovane Andrade (P.M. Porto Real); Tauann Fernandes
165 Ferreira Domis (P.M. Mendes); Zélia de Souza Pereira Raguzzoni (P.M.
166 Mendes); Vinicius Cardoso Vieira (P. M. Barra Mansa); Ana Raquel da Cunha
167 Ferreira (P.M. Barra do Piraí); Miryelle de Souza (P.M. Piraí); Ana Maria Ferreira
168 Lopes (P. M. Rio das Flores); Amanda Simões de Souza Mendes (P. M. Volta

169 Redonda); Francinne Pimentel (P.M. Pinheiral); Andrei Alves Guedes (P.M.
170 Miguel Pereira).

171 **Membros representantes dos Usuários:** Thiago Guedes de Freitas (Águas das
172 Agulhas Negras); Vera Lúcia Teixeira (SAAE-BM); Thaiane Gonçalves de
173 Oliveira (Água da Condessa); Jane da Silva Faria Soares (SAAE-VR); Milton
174 Nazareno Ramos Neves (LIGHT ENERGIA); Daniella Cristina Batista
175 (ArcelorMittal).

176 **Membros representantes da Sociedade Civil:** João Fernandes Lisboa
177 Neto(APEDEMA-RJ); Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); Markus S. W.
178 Budzynkz (ADEFIMPA-RJ); Yurhii Steinmetz Stephan (ADEFIMPA-RJ); Carin
179 Von Muhlen (UERJ); Denise Celeste Godoy De Andrade Rodrigues (UERJ);
180 Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA BRASIL); Maria do Carmo Silva (IBDA);
181 Vinicius de Azevedo Silva (Associação Aliança Tropical de Pesquisa da Água -
182 TWRA) e Luis Felipe Cruz Lenz Cesar (Crescente Fértil).

183 **Ausência Justificada:** Lorena Corrêa de Souza Balieiro (P. M. de Resende).

184 **Lista de presença de convidados:** -

185 **Lista de presença de equipe:** Roberta Abreu; Anaele Rezende; Caio Santos;
186 Amanda Vitoria; Bianca Mendes.